

## **MUNICÍPIOS DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE MATO GROSSO: EFEITOS E DEFEITOS DA ATIVIDADE DA MODERNA AGRICULTURA**

## **MUNICIPALITIES OF AGRIBUSINESS IN THE STATE OF MATO GROSSO: EFFECTS AND DEFECTS OF THE ACTIVITY OF MODERN AGRICULTURE**

**Francisco de Assis Oliveira Mota Araújo**

Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Goiânia, 74175-120, Brasil. E-mail: assis.mota@hotmail.com.

**Deusa Maria Rodrigues Boaventura**

Doutora pela FAU USP, professora e pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: dmrbetter@gmail.com

### **RESUMO**

Há uma ampla e importante literatura que se debruça sobre o entendimento dos processos de expansão e urbanização de regiões que sofreram o impacto da modernização da fronteira agrícola a partir dos anos 1970. A questão central desses estudos leva em consideração a subordinação da formação e/ou expansão de municípios, denominados “cidades do agronegócio” às necessidades de reprodução do capital. O resultado dessa relação vem apontando para graves problemas relacionados à exclusão e às desigualdades sociais, à degradação do meio ambiente e à segregação socioespacial. No entanto, a análise socioeconômica revela que, a despeito dos problemas supracitados, alguns municípios de Mato Grosso dedicados ao agronegócio vêm apresentando bons indicadores em relação ao PIBpc, ao percentual de pobreza extrema, ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e ao rendimento médio em relação à média nacional. Assim, pode-se afirmar que tais municípios não são particularmente excludentes, ou seja, não estão acima da média em termos de desigualdade social e muitos dos seus problemas urbanos e sociais identificados não podem ter suas causas atribuídas ao fato de sua dinâmica ser liderada pelo agronegócio. Para a obtenção do resultado deste estudo foram realizadas pesquisas exploratórias e documentais sobre culturas agrícolas de cinco municípios mato-grossenses, enquanto as análises de dados teve como base a comparação entre um conjunto de indicadores de desenvolvimento de cada um deles com outros de porte semelhante no estado, no que se denominou “municípios próximos”.

**Palavras-chave:** Agroindustrialização. Municípios do Agronegócio. Mato Grosso.

### **ABSTRACT**

There is a wide and important literature that deals with the understanding of the processes of expansion and urbanization of regions that suffered the impact of the modernization of the agricultural frontier since the 1970s. The central question of these studies takes into account the subordination of training and / or expansion of municipalities, called “agribusiness cities” to the needs of capital reproduction. The result of this relationship has been pointing to serious problems related to social exclusion and inequality, environmental degradation and socio-spatial segregation. However, the socio-economic analysis reveals that, despite the aforementioned problems, some municipalities in Mato Grosso dedicated to agribusiness have shown good indicators in relation to GDPpc, the percentage of extreme poverty, the Human Development Index (HDI) and income average in relation to the national average. Thus, it can be said that such municipalities are not particularly exclusive, that is, they are not above average in terms of social inequality and many of their identified urban and social problems cannot have their causes attributed to the fact that their dynamics are led by agribusiness. In order to obtain the result of this study, exploratory and documentary researches were carried out on agricultural crops in five municipalities in Mato Grosso, while the data analysis was based on the comparison between a set of development indicators for each of them with others of similar size in the state, in what was called “nearby municipalities”.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização nas regiões de fronteira do Brasil vem sendo amplamente discutido segundo uma literatura que considera basicamente a expansão agrícola e a modernização que se desenvolveu a partir dos anos 1970. A ênfase em muitos desses estudos tem recaído sobre a subordinação da formação e/ou expansão de municípios, denominados “cidades do agronegócio” e as necessidades de reprodução do capital agroindustrial (ELIAS; PEQUENO, 1977; ROSA; RUEDIGER; RICCI, 2009). Tal subordinação daria a esses municípios um caráter fortemente excludente, expresso na sua oferta de serviços, estrutura urbana e indicadores sociais.

A expansão da fronteira agrícola no Brasil, ou seja, a busca por novos espaços de produção agrícola, é frequentemente associada à agricultura capitalista, principalmente pela significativa produção de commodities (soja, cana-de-açúcar, algodão, milho e etc.). E este processo é consequência da reprodução de um modelo produtivo conhecido como Agronegócio.

No estado do Mato Grosso, assim, como em todo o território nacional, a expressão agribusiness foi traduzida inicialmente pelos termos complexos agroindustriais ou agroindústrias, que se inserem no contexto da industrialização e modernização do território e na reestruturação produtiva do capital no campo.

Este novo modelo de agricultura foi fortemente estimulado pela Revolução Verde, transformado toda a área do cerrado na região Centro-Oeste em um cenário de expansão da fronteira agrícola brasileira. De tal modo, que o surgimento de novos núcleos urbanos especializados naquele modelo de produção, esteve e está subordinado a presença do agronegócio.

E, essa subordinação, por sua vez, se deu e se dá, pela combinação dos interesses privados dos atores sociais – o Poder Público, por meio de seus decretos e legislação, os capitalistas do agronegócio e os projetos de colonização privados – envolvidos nos empreendimentos que propiciam a emergência e transformação desses novos centros urbanos, a partir da formação de grandes propriedades rurais no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

A dinâmica do agronegócio em Mato Grosso o condicionou a organização de alguns de seus municípios à ação das colonizadoras privadas e a produção do campo para a comercialização das commodities agrícolas, o que acabou por resultar em um controle ainda maior do capital sobre a formação e o destino dessas cidades, reforçando suas características de desigualdades e de geração de exclusão social.

Em geral, as análises dessas questões apontam para argumentos de que há uma transferência, que é tomada como óbvia, entre a reconhecida lógica excludente da “modernização agrícola conservadora” assentada na articulação Estado-capital para as características dos municípios médios que emergem a partir dela. Essa transferência é decorrente da percepção de que as transformações nas atividades produtivas da agricultura ocorreram sem uma modificação na estrutura fundiária, seja em Mato Grosso, seja no próprio Brasil. O fato é que faltam evidências empíricas do caráter particularmente excludente do desenvolvimento urbano dos municípios mato-grossenses. Levando-se a se pensar: os municípios que emergem no estado do Mato Grosso, impulsionados pela chamada Revolução Verde, apresentam, efetivamente, um perfil mais socialmente excludentes do que suas congêneres no Brasil de porte semelhante?

Procurando um caminho diferente daquele já estabelecido pelos estudos mais tradicionais, o presente artigo examina cinco dos chamados “municípios do agronegócio” do estado de Mato Grosso – Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste, Sinop, Sorriso e Rondonópolis –, comparando os seus indicadores de desenvolvimento socioeconômico com os de outros municípios brasileiros de porte semelhante. A literatura já consolidada aponta que municípios do agronegócio, impulsionados pela chamada “Revolução Verde”, apresentam um perfil mais socialmente excludente do que seus congêneres de porte semelhante. No entanto, esta pesquisa revela que, a despeito de uma modernização conservadora e excludente, hoje esses municípios mato-grossenses encontram-se mais organizados e com indicadores econômicos e sociais melhores do que a média nacional. Tal

constatação não significa, todavia, ignorar a existência de segregação e desigualdades nesses municípios – tais como concentração de renda, favelização das periferias e dos centros urbanos, degradação do meio ambiente, apartheids sociais etc. –, características próprias da trajetória do desenvolvimento capitalista periférico brasileiro e de seu processo de urbanização.

### 1.1.O TERRITÓRIO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS MUNICÍPIOS DO AGRONEGÓCIO

As transformações espaciais desencadeadas pelas relações econômicas provocam sociabilidades que, conforme argumenta Raffestin (1993), se manifestam a partir de projetos e/ou programas de poder que constituem o “território”. Conforme o autor, o território é, portanto, o resultado de uma complexa interação desigual de atores sociais – indivíduos, grupos sociais, empresas, Estado e outras organizações – que buscam a efetivar seus próprios projetos, e que encontram uma resultante determinada pelas relações de poder.

A interação desigual de tais atores que se realiza na construção do território, é bastante estudada pela geografia (WALKER; STORPER, 1991; SELINGARDI-SAMPAIO, 2009; SPOSITO, 2015), perpassa pela formação dos espaços dos emergentes municípios vinculados ao agronegócio e à agroindustrialização. Nesse processo “os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando”, destacando-se apenas dois deles que comandam a produção de um território: as grandes empresas e o Estado (SANTOS, 2000).

Inserida nesse campo do conhecimento, a emergência de municípios vinculados ao agronegócio e à agroindustrialização perpassa pelo processo de incorporação de novos espaços, nos quais “os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando” na construção do território, destacando-se dois atores fundamentais que comandam a produção de um território: as grandes empresas e o Estado (SANTOS, 2000).

Hirschman (2008), também sublinha a importância do setor público no processo de configuração e dinamização de um território, dada a sua condição de planejador e de aplicador de investimentos em infraestruturas. Mas deve-se atentar ao fato de que o crescimento econômico não ocorrer ao mesmo tempo em todos os pontos do território, pois o que se observa é a emergência de polos por diferentes canais, com amplitudes e efeitos finais variáveis sobre a economia. As atividades econômicas e os negócios não ocorrem de maneira espontânea nem são guiados por forças mercantis não reguladas. Será o poder público o mediador desse processo. Ele assume a formação do setor privado, produzindo – de forma flexível e pragmática – significativas modificações de marco institucional em concordância com as necessidades postas pela realidade.

A própria conjuntura econômica forja um Estado com capacidade tanto para agenciar políticas de socialização do investimento quanto para ser investidor e emprestador. No caso particular da agroindustrialização dos municípios do agronegócio mato-grossense, a ação estatal, concomitante com o setor privado, promoveu a espacialização do capital e a modernização territorial a partir da concentração do setor produtivo em indústrias-chave, que combinaram uma alta produtividade com grandes retornos em escala e possibilitaram ganhos a partir do efeito de encadeamento industrial e do “desenvolvimento desequilibrado”, o que nos leva ao encontro das teses desenvolvidas por Hirschman (2008).

A utilização de mecanismos de indução e investimentos governamentais em indústrias-chave permitiu não só a superação de pontos de estrangulamento da economia, como também a criação de oportunidades de investimento e de “encadeamentos para frente e para trás” da agroindústria não só em Mato Grosso, como também nos demais estados da própria região Centro-Oeste. Foi a partir da concentração dos investimentos em indústrias-chave que os governos – nos seus diferentes níveis de poder – criaram as condições necessárias para estimular a geração da oferta de insumos para as agroindústrias.

Nesse sentido, à ação de planificação econômica somou-se, conforme Perroux (1978), o poder da grande empresa e de sua capacidade de comando sobre a configuração do espaço. O ponto de arranque para desencadear o processo de crescimento, portanto, é a inserção de uma indústria motriz

com capacidade de difundir os seus efeitos de encadeamento em direção às atividades polarizadas. Como o próprio Perroux (1978, p. 103) diz: “O nascimento de uma indústria nova é sempre fruto duma antecipação [...] o projeto depende da amplitude do [...] horizonte econômico [dos vários sujeitos]”.

Com isso, é possível fazer-se uma aproximação com a noção de espaço econômico de Raffestin (1993), para quem uma das dimensões fundamentais desse tipo de espaço é o “Espaço Programa”, no qual diferentes atores, com intencionalidade, estratégia e concorrência, dão vida e dinâmica aos polos econômicos. Assim, a empresa – iniciativa privada – ao executar o seu plano para o espaço “encontra os planos do Estado, da mão de obra, dos concorrentes” (p. 152), podendo dar origem a diferentes trajetórias em um mesmo contexto.

Todas essas ações e medidas dos atores envolvidos na configuração dos espaços e dos territórios partem de uma percepção dialética voltada para uma reestruturação produtiva também influenciada pelo ambiente internacional de negócios e pela globalização das forças de um “movimento para frente” que provocou uma expansão das fronteiras agrícolas no interior do Brasil, e particularmente na região Centro-Oeste. Quanto a essa mundialização da agricultura brasileira, Chesnais (1997) alerta para uma subordinação desse setor econômico ao capital internacional.

É sobre os grupos industriais que repousa a organização das atividades de valorização do capital na indústria, os serviços, o setor energético e a grande agricultura, da qual depende, tanto a existência material das sociedades nas quais os camponeses e artesãos foram quase completamente destruídos, quanto a extração da mais-valia destinada a passar para as mãos dos capitais financeiros (CHESNAIS, 2001 p. 20)

Desse modo, a agricultura estrutura-se mediante a produção de *commodities*, vinculadas às bolsas de mercadorias e de futuro e aos monopólios mundiais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais, por meio de diversos países e provocando sua internacionalização (OLIVEIRA, 2014).

Assim, surgiu no Brasil um novo padrão geográfico oriundo da agroindustrialização, marcado profundamente pela desconcentração espacial, sobretudo na chamada região Centro-Sul, sob a égide de uma modernização conservadora balizada pela mecanização da colheita, pela monocultura e pela geração de empregos de baixa remuneração. Esse fenômeno de desconcentração espacial produtiva culminou na espacialização do grande agronegócio, que atravessou as fronteiras em direção ao interior de Mato Grosso, além de outros estados.

Em Mato Grosso, a partir da década de 1970, existiam duas frentes de expansão das fronteiras agrícolas (Martins 1975, 1997) que possuíam proximidade no tempo cronológico, mas temporalidades históricas bem distintas. A primeira avançou pelo norte do estado, com a implantação de municípios como Lucas do Rio Verde, Sinop, Sorriso e Primavera do Leste, e foi denominada “fronteira de colonização”. A segunda frente dominou a metade sul de Mato Grosso, e é chamada de “fronteira de transformação”. Nessa segunda frente, encontravam-se os municípios já implantados, com economias agropecuárias que viveram um movimento de expansão mercantil significativo desde os anos 1940, apesar de ainda predominarem técnicas de produção tradicionais, como é o caso de Rondonópolis.

Diversos autores, tais como Doula e Kikuchi (2005), Quevedo (2008) e Volochko (2013), inserem nesse debate o papel dessas colonizadoras na formação dos municípios nas regiões de fronteira como novos polos de atração de investimentos, negociações fundiárias e ação de povoamento. De acordo com essa abordagem, o papel das colonizadoras privadas nesse processo foi resultante de um controle ainda maior do capital sobre o destino dos municípios do agronegócio, reforçando seu caráter excludente e gerador de desigualdades.

A expansão do mercado e do setor privado, como resultantes daqueles processos, teve correlação com a reorganização das atividades entre o Estado e a iniciativa privada e os demais níveis de poder públicos – governos regionais e locais. Como exemplo, pode-se pensar no exercício da faculdade de coordenação/regulação estatal ou na opção pela não coordenação/regulação estatal na

adoção de políticas públicas. O fato é que foi sob a égide dessas reestruturações ou ressignificações que as cidades estudadas surgiram ou foram transformadas, como é o caso particular de Rondonópolis. Foi assim que esses municípios se tornaram base do agronegócio no Brasil e foram reconfigurados como espaço de riqueza – presença de bons indicadores socioeconômicos –, apesar de não deixarem de ser cidades marcadamente segregadas, com divisões socioespaciais agressivas, concentração de infraestrutura e serviços públicos, com um tecido urbano descontínuo e valorização (especulação) fundiária, dentre outros problemas.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

### 2.1. ÁREA DE ESTUDO

#### Município de Lucas do Rio Verde

Lucas do Rio Verde fica a 283 km da Cuiabá, localizado no eixo da BR-163, e pertence à microrregião do Alto Teles Pires e à mesorregião do norte mato-grossense.

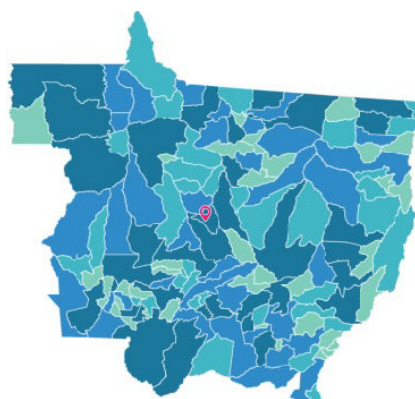


Figura 1 – Localização do Município de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, Brasil. Fonte: IBGE, 2020.

Possui uma extensão territorial de 3,4 milhões de km<sup>2</sup> e 65,5 mil habitantes, sendo o oitavo município mais populoso do estado. Ocupa, ainda, a 6<sup>a</sup> posição no estado em termos de PIB (IBGE, 2019). A comparação desses dados pode ser conferida no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Lucas do Rio Verde e o estado do Mato Grosso: indicadores comparados

Indicador	Lucas do Rio Verde (a)	Mato Grosso (b)	$\frac{a}{b}$ (%)	Ano
Área territorial (km <sup>2</sup> )	3.375,2	903.207	0,4	2019
População (hab.)	65.534	3.484.466	1,9	2019
PIB (R\$ milhões)	3.697,4	123.880,3	3,0	2016
PIBpc (R\$ mil)	60,5	37,5	161,4	2016
Densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> )	12,43	3,36	369,9	2010

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2019).

O município de Lucas do Rio Verde surgiu do Projeto Especial de Assentamento (PEA) implantado em 1981 pelo governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em duas etapas, em 1981 e 1982, respectivamente, o Incra assentou no projeto 203 famílias oriundas de acampamentos de agricultores sem-terra do Sul do país, em lotes de 200 hectares.

O crescimento populacional foi bastante rápido (Gráfico 2), sofrendo uma aceleração no início dos anos 2000 e ganhando um ritmo ainda maior a partir de 2006, quando passa por um boom de

desenvolvimento industrial.

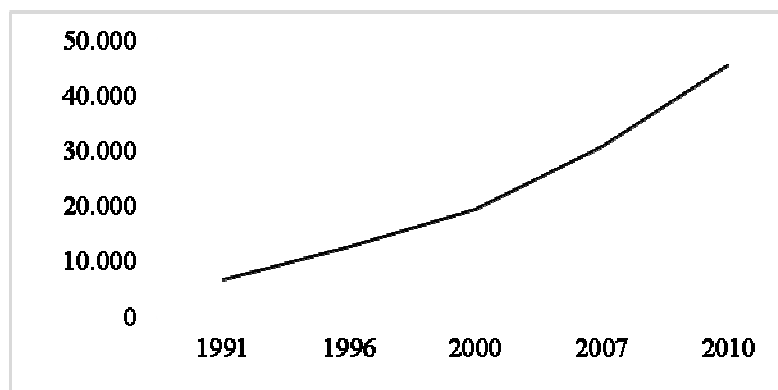


Figura 2 – Lucas do Rio Verde: evolução da população de 1991 a 2010  
 Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IPEADATA (2012).

Lucas do Rio Verde já nasce na fase da expansão da soja (Quadro 2), que respondia por 92,3% da área colhida em 1989. O milho e o algodão passaram a dividir o espaço com a soja nos anos seguintes.

Quadro 2 – Área colhida das principais culturas em Lucas de Rio Verde de 1989 a 2018 (mil hectares)

Culturas Agrícolas	1989	1995	2000	2005	2010	2018
Algodão herbáceo (em caroço)	-	-	11,46	17,87	10,69	20,28
Arroz (em casca)	4,87	9,67	1,73	0,22	0,42	0,42
Cana-de-açúcar	-	-	0,02	-	-	-
Feijão (em grão)	-	2,17	0,26	0,3	3,4	1,68
Milho (em grão)	2,73	12,12	21,06	20,62	22,75	25,67
Soja (em grão)	92,3	73,57	62,47	60,38	61,95	51,6

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Censo Agropecuário. Elaboração própria do IBGE (2019).

Esse avanço conjunto de milho e soja é bastante favorável ao desenvolvimento dos complexos agroindustriais de grãos e carnes e, no caso de Lucas do Rio Verde, contribuiu para atrair a Sadia (hoje BRF Brasil Foods S.A.) para o município. Sua importância pode ser percebida pelo salto no valor adicionado da indústria no município a partir de 2007 (Figura 3).

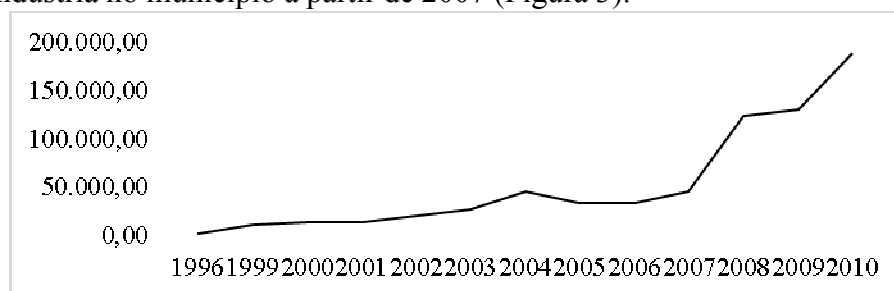


Figura 3 – Lucas de Rio Verde: Valor adicionado da indústria de 1996 a 2010 (R\$ mil\*)  
 FONTE: Elaborado pelos autores, com base no IPEADATA (2012). \*A preços do ano de 2000.

Entre 2006 e 2008 foram implantados em Lucas do Rio Verde: um grande complexo da Sadia/BRF Brasil Foods S.A., uma esmagadora de soja do Grupo Maggi e uma das maiores plantas de biodiesel do país na época, da Fiagril. Esses investimentos produziram um enorme salto na indústria do município (Figura 3).

Quadro 3 – Lucas do Rio Verde: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte\*

Indicadores	Lucas do Rio Verde (a)	Médias Municípios Próximos (b)	Índice de Diferença (c)
PIB <sub>pc</sub> (R\$ mil)	62,2	20,9	3,0
IDS	0,20	0,12	1,6
IDSIC	0,19	0,10	1,9
Rendimento Médio (R\$)	1.069	599	1,8
IDHM	0,768	0,667	1,15
% Extremamente Pobres	1,5	12,2	0,12
Gini	0,460	0,523	0,88

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2010).

\*Todos os municípios brasileiros com população até 10% maior ou menor que a população de Primavera do Leste.

Conforme o Quadro 3, os indicadores sociais de Lucas do Rio Verde são muito melhores do que a dos municípios próximos, com destaque para o IDSIC, o rendimento médio e o percentual de extrema pobreza.

#### Município de Primavera do Leste

Primavera do Leste possui uma área de 5,4 mil km<sup>2</sup> e uma população de 62,1 mil habitantes, sendo o novo maior município do Mato Grosso. Situa-se na mesorregião sudeste e na microrregião que leva o seu nome. Chega-se a Primavera, seja vindo de Cuiabá, seja de Barra do Garças, pela rodovia BR-070, ou de Paranatinga, pela MT-130.

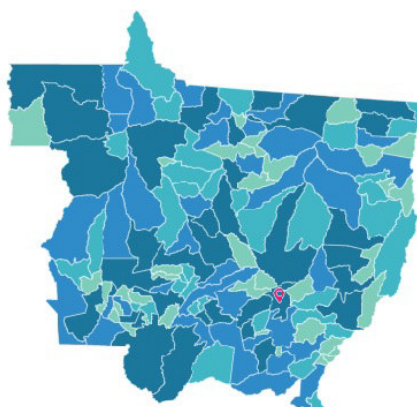


Figura 4 – Localização do Município de Primavera do Leste, Mato Grosso, Brasil. Fonte: IBGE, 2020.

Com um PIB de 3,8 bilhões de reais, apresenta um PIB per capita que é 64% maior que o do estado (Quadro 4).

Quadro 4 – Primavera do Leste e o estado do Mato Grosso: indicadores comparados

Indicador	Primavera do Leste (a)	Mato Grosso (b)	$\frac{a}{b}$ (%)	Ano
Área territorial (km <sup>2</sup> )	5.482	903.207	0,61	2019
População	62.019	3.484.466	1,78	2019
PIB (R\$ milhões)	3.578,1	123.880,3	2,89	2016
PIB <sub>pc</sub> (R\$ mil)	61,3	37,5	163,56	2016
Densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> )	9,52	3,36	283,33	2010

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2019).

A origem do município está associada a um projeto de colonização na região iniciado pela empresa atualmente denominada Primavera d'Oeste S.A., formada em 1971 com o nome de Agropecuária Primavera S.A. Como diversas outras no período, resultou da associação de um grupo de investidores paulistas que buscava aproveitar as condições altamente favoráveis do preço da terra e dos recursos de crédito e incentivos fiscais do governo federal. Sua população apresentou uma expansão vertiginosa nos anos seguintes, saltando de 12,5 mil habitantes em 1991 para quase 40 mil em 2000. Seu crescimento continuou importante no novo século, mas com um ritmo menor (Figura 5).

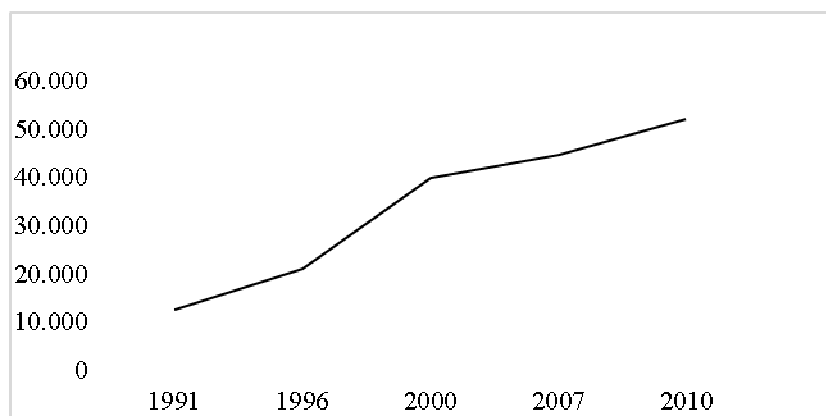


Figura 5 – Primavera do Leste: evolução da população de 1991 a 2010  
Fonte: Elaborado pelos autores, com base no IPEADATA (2012).

Primavera do Leste foi criada na fase em que a soja já havia se tornado a principal cultura da região. Assim, nos primeiros anos e até 1995, essa cultivar dominou de forma quase absoluta a produção agrícola do município, seguida por uma pequena produção de milho.

Observa-se no Quadro 5 a seguir que, a partir de 2005, a entrada do algodão diversifica um pouco o cenário do campo, mas a presença das culturas de soja e milho ocorre desde a fundação do município.

Quadro 5 – Área colhida das principais culturas em Primavera do Leste de 1987 a 2018 (mil hectares)

Cultura Agrícola	1987	1990	1995	2000	2005	2010	2018
Algodão herbáceo (em caroço)	-	-	0,44	20,94	52,54	19,37	24,68
Arroz (em casca)	11,62	2,05	2,5	1,84	0,2	0,09	-
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-
Feijão (em grão)	0,01	0,02	0,29	0,86	1,58	11,58	2,29
Milho (em grão)	1,38	2,29	7,48	5,22	4,45	11,78	13,44
Soja (em grão)	84,87	94,42	88,85	69,27	40,52	56,23	59,31

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2019).

O crescimento do valor adicionado industrial dá saltos importantes na segunda metade dos anos 2000, com a implantação de unidades fabris de grandes multinacionais, tais como a Cargill e a Pioneer (Figura 6).



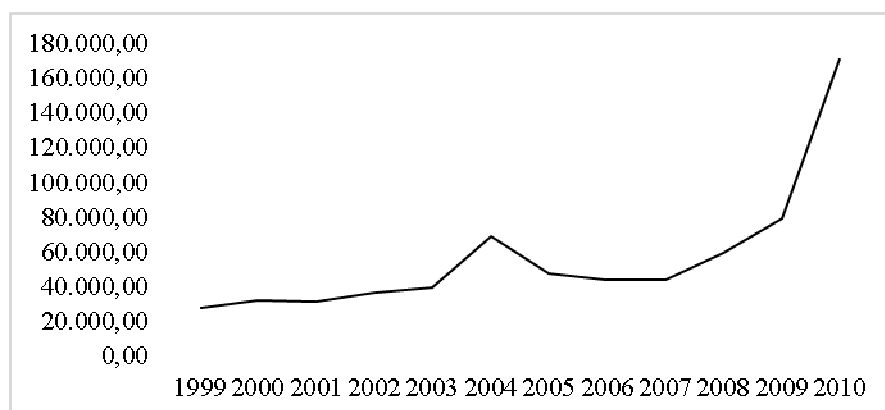


Figura 6 – Primavera do Leste: valor adicionado da indústria de 1996 a 2010 (R\$ mil)

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IPEADATA (2012).

\*A preços de 2000.

Já o Quadro 6 abaixo mostra que Primavera do Leste se sai expressivamente melhor em todos os indicadores, em relação à média dos municípios brasileiros de porte semelhante.

Quadro 6 – Primavera do Leste: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte\*

Indicadores	Primavera do Leste (R)	Médias Municípios Próximos (L)	Índice de Diferença ( $\frac{R}{L}$ )
PIB <sub>pc</sub> (R\$ mil)	61,3	21,2	2,9
IDS	0,23	0,12	2,0
IDSIC	0,26	0,09	2,8
Rendimento Médio (R\$)	1.090	586	1,9
IDHM	0,752	0,665	1,13
% Extremamente Pobres	1,1	12,7	0,09
GINI	0,460	0,524	0,88

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2018) e da RAIS (2018).

\*Todos os municípios brasileiros com população até 10% maior ou menor que a população de Primavera do Leste.

Destacam-se, por seu significado, os índices de diferença em termos de IDS e de IDSIC, respectivamente o dobro e quase o triplo da média. Já o indicador de pobreza extrema é mais de dez vezes menor que a média.

### Município de Sinop

Sinop é o quarto município mais populoso de Mato Grosso e o quinto maior PIB do estado, respectivamente com 143 mil habitantes e R\$ 5,1 bilhões. Localiza-se no eixo da BR-163, na mesorregião norte e na microrregião que possui seu nome, a 500 km de Cuiabá. Trata-se de uma região de transição do cerrado para a floresta amazônica.

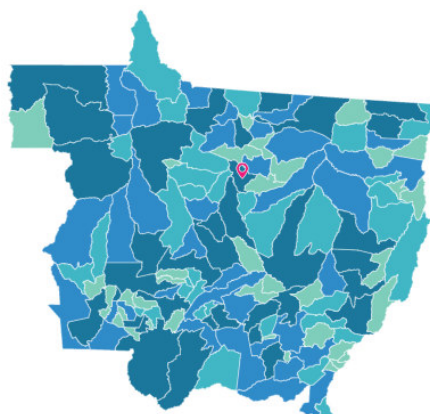


Figura 7 – Localização do Município de Sinop, Mato Grosso, Brasil. Fonte: IBGE, 2020.

Seu PIB per capita é pouco mais de 10% superior à média estadual, conforme pode ser visto no Quadro 7 a seguir.

Quadro 7 – Sinop e o estado do Mato Grosso: indicadores comparados

Indicador	Sinop (a)	Mato Grosso (b)	$\frac{a}{b}$ (%)	Ano
Área territorial (km <sup>2</sup> )	3.942,0	903.207	0,4	2019
População (hab.)	142.996	3.484.466	4,1	2019
PIB (R\$ milhões)	5.108,3	123.880,3	4,1	2016
PIB <sub>pc</sub> (R\$ mil)	41,4	37,5	110,5	2016
Densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> )	28,69	3,36	853,9	2010

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2019)

A história de Sinop associa-se à da construção da BR-173, com recursos do PIN, no início dos anos 1970. A empresa de colonização Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), doravante denominada apenas colonizadora, adquiriu em 1971 uma área de 369 mil hectares, com incentivos do programa, que foi ampliada por meio de compras no entorno, alcançando no total 645 mil hectares. Iniciou os trabalhos de abertura da gleba naquele mesmo ano, momento em que se iniciava também a construção da rodovia.

O município cresceu em um ritmo vertiginoso desde o seu início, mas o que se verificou com a consolidação da soja e o movimento de concentração fundiária foi uma rápida mudança nas taxas de urbanização. Em 1984, apenas 44,0% da população vivia no município, número que saltou para 89,0% em 1991, chegando a 90,5% em 2000, conforme mostra a Figura 8.

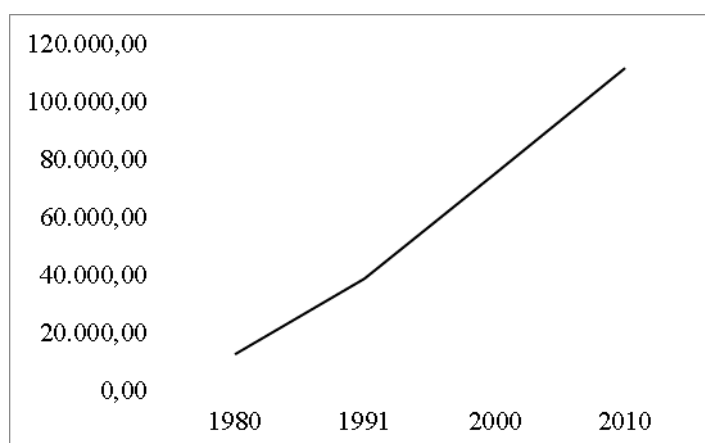


Figura 8 – Sinop: evolução de população de 1980 a 2010 (habitantes)  
 Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IPEADATA (2012).

O Quadro 8 a seguir mostra o desempenho das principais culturas no município.

Quadro 8 – Área colhida das principais culturas em Sinop de 1987 a 2018 (mil hectares)

Culturas agrícolas	1981	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1995	2000	2010
Algodão herbáceo	-	-	-	-	-	-	-	14,9	8,9	-
Arroz (em casca)	56,9	50,8	55,8	44,8	15,6	13,7	34,7	45,2	5,7	56,9
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-
Feijão (em grão)	1,0	0,9	0,5	0,1	-	-	-	-	1,0	1,0
Milho (em grão)	2,5	5,3	2,5	6,6	7,8	3,5	17,8	7,8	10,2	2,5
Soja (em grão)	4,7	8,8	16,1	23,3	65,8	67,5	36,9	25,6	68,6	4,7

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2018).

Conforme mostra o Quadro 8, no início da década de 1980, o arroz começa a se afirmar como o principal produto. Somente em meados daquela década, com dito anteriormente, a soja começou a ganhar importância, tornando-se o principal produto do município a partir de 1988.

As atividades urbanas, tais como o comércio e principalmente a extração e o desdobramento da madeira, foram as que mais floresceram no período. A indústria madeireira, que já tinha uma presença importante no município, engata uma trajetória de crescimento a partir da metade dos anos 1990 (Figura 9).

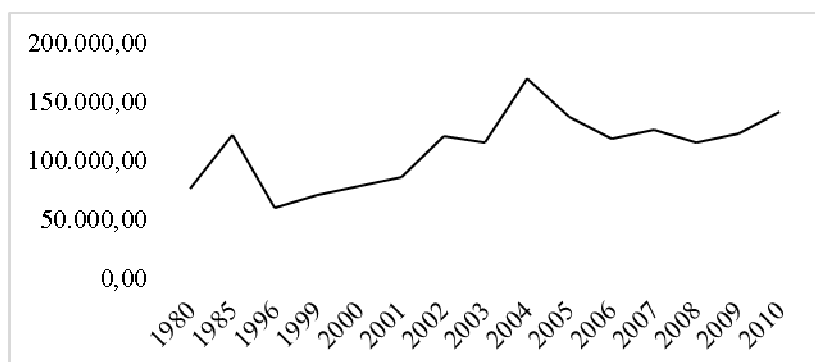


Figura 9 - Número de empregados na indústria de transformação em Sinop (MT) - 1980-2010 (R\$ mil)

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IPEADATA (2012).

Apesar dos impactos do crescimento acelerado, os indicadores sociais de Sinop são melhores e em alguns casos expressivamente superiores aos dos demais municípios brasileiros de porte semelhante. O IDS e o IDSIC, por exemplo, indicadores cuja importância já foi destacada na metodologia, são 40% superiores em Sinop do que na média dos municípios brasileiros aproximadamente do mesmo tamanho. Seu nível de pobreza absoluta é seis vezes menor. E mesmo a concentração de renda medida pelo Gini, que é tipicamente elevada em municípios dominados pela grande propriedade agrícola, é ligeiramente menor em Sinop do que na média. Esses dados podem ser mais bem conferidos no Quadro 13 a seguir.

Quadro 9 – Sinop: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte\*

Indicadores	Sinop (a)	Municípios Próximos (b)	Índice Diferença (c)
PIB <sub>pc</sub> (R\$ mil)	38,5	32,0	1,2
IDS	0,38	0,27	1,4
IDSIC	0,34	0,24	1,4
Rendimento Médio (R\$)	1.037	861	1,2
IDHM	0,754	0,730	1,03
% Extremamente Pobres	0,8	4,8	0,17
GINI	0,490	0,507	0,97

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2018) e da RAIS (2018).

\*Todos os municípios brasileiros com população até 10% maior ou menor que a população de Sinop.

### Município de Sorriso

Sorriso é o quarto dos municípios mato-grossenses analisados neste artigo e que se situam no eixo da BR-163. Localizado a 378 km da capital Cuiabá, possui uma população de 90,3 mil habitantes e um PIB de R\$ 5,64 bilhões, ocupando, respectivamente, o 7º e o 4º lugar no ranking desses indicadores no estado (Figura 10).

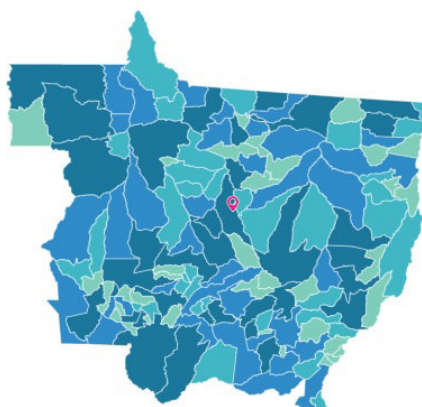


Figura 10 – Localização do Município de Sorriso, Mato Grosso, Brasil. Fonte: IBGE, 2020.

Seu PIB per capita é quase 80% superior ao do estado do Mato Grosso (Quadro 14).

Quadro 14 - Sorriso e o estado do Mato Grosso: indicadores comparados

Indicador	Sorriso (a)	Mato Grosso (b)	$\frac{a}{b}$ (%)	Ano
Área territorial (km <sup>2</sup> )	9.347,6	903.207	1,0	2019
População (hab.)	90.313	3.484.466	2,6	2019
PIB (R\$ milhões)	5.640,2	123.880,3	4,6	2016
PIB <sub>pc</sub> (R\$ mil)	67,3	37,5	179,5	2016
Densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> )	7,13	3,36	212,2	2010

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2019).

Assim como Sinop, Sorriso foi uma cidade planejada e implantada por uma empresa privada, levando inclusive o seu nome. Trata-se de um projeto menos ambicioso que o da Colonizadora Sinop (hoje Colonizadora Feliz), resumindo-se a um único centro urbano e seu entorno agrícola. Seu crescimento populacional, assim como no caso dos outros municípios analisados, foi bastante acelerado, como se pode observar na Figura 11 a seguir.

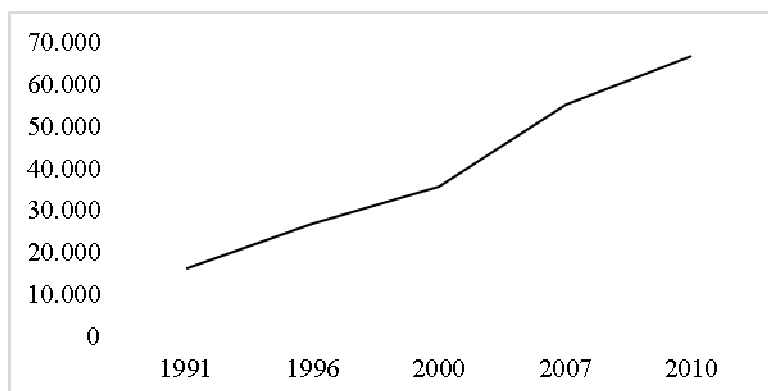


Figura 11 – Sorriso: evolução da população de 1991 a 2010 (habitantes)

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IPEADATA (2012).

Apenas quatro anos após o início da abertura da área, em novembro de 1980, Sorriso foi reconhecido como distrito do município de Nobre, e em maio de 1986 foi elevado à categoria de município. Na Figura 12 a seguir nota-se um crescimento industrial relevante em Sorriso, associado à expansão da soja.

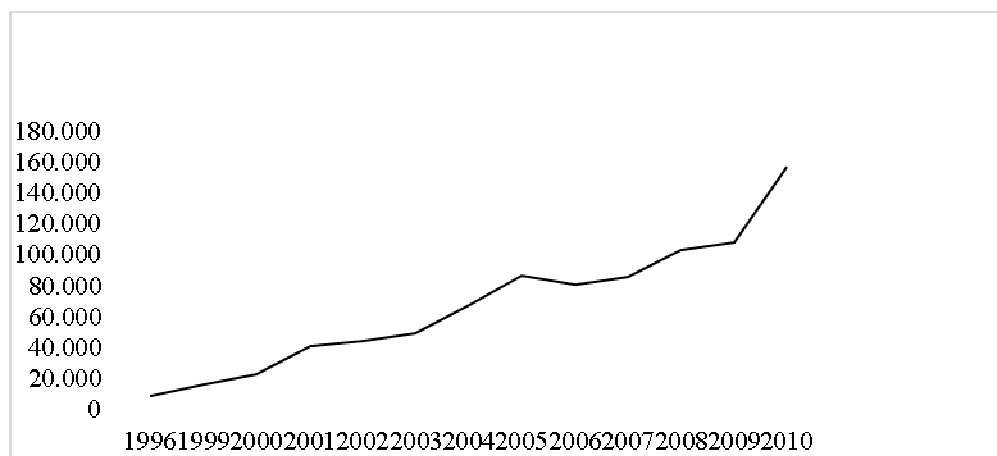


Figura 12 – Sorriso: valor adicionado da indústria de 1996 a 2010 (em R\$ mil\*)

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IPEADATA (2012).

\*A preços do ano de 2000.

Quanto aos indicadores sociais comparados, no Quadro 10 a seguir percebe-se que o município de Sorriso também possui uma grande vantagem sobre a média dos municípios próximos. A única exceção é o índice de Gini, que revela que a concentração de renda em Sorriso é ligeiramente superior à média.

Quadro 10 – Sorriso: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte\*

Indicadores	Sorriso (a)	Municípios Próximos (b)	Índice de Diferença
PIB <sub>pc</sub> (R\$ mil)	68,1	26,3	2,6
IDS	0,30	0,20	1,5
IDSIC	0,26	0,17	1,5
Rendimento Médio (R\$)	1.133	748	1,5
IDHM	0,744	0,711	1,05
% Extremamente Pobres	1,8	6,1	0,29
Gini	0,5400	0,5168	1,04

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2018).

\*Todos os municípios brasileiros com população até 10% maior ou menor que a população de Sorriso.

Quando se observa o conjunto do polo que se estabeleceu no eixo da BR-163, pode-se perceber a dimensão do complexo de grãos e carnes que ali se configurou. À medida que a produção da soja e milho foi se ampliando, quase todos os principais *players* do setor de processamento de grãos que atuam no país se estabeleceram ali. Em Sorriso, foi uma planta de esmagamento da Caramuru, uma das maiores empresas nacionais do setor.

#### Município de Rondonópolis

Localizado às margens da BR-364, Rondonópolis faz parte da microrregião de mesmo nome, que integra a mesorregião sudeste de Mato Grosso. É o terceiro município mais populoso e exibe o segundo maior PIB do estado, além de ser o único município transformado, e não implantado pelo processo de espacialização da “modernização agroindustrial” do estado.

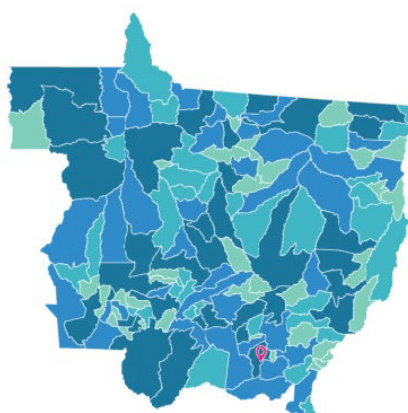


Figura 13 – Localização do Município de Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. Fonte: IBGE, 2020.

Foi profundamente impactado pela movimentação decorrente das ações da Marcha para o Oeste no estado, o que estimulou o crescimento da população e a da produção agrícola comercial. Os dados comparados de seu território, população, PIB, PIBpc e densidade demográfica constam do Quadro 11 a seguir.

Quadro 11 – Rondonópolis e o estado de Mato Grosso: indicadores comparados

Indicador	Rondonópolis (R)	Mato Grosso (M)	$\frac{R}{M}$ (%)	Ano
Área territorial (km <sup>2</sup> )	4.686,6	903.207	0,5	2019
População (hab.)	232.491	3.484.466	6,7	2019
PIB (R\$ milhões)	9.488,9	123.880,3	7,7	2016
PIB <sub>pc</sub> (R\$ mil)	43,2	37,5	115,2	2016
Densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> )	47	3,36	1398,8	2010

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2019).

Os dados de Rondonópolis constantes da série histórica dos Censos Agropecuários do IBGE só estão disponíveis a partir de 1974. O crescimento da agricultura comercial no Centro-Oeste nesse período está ligado principalmente ao crescimento na produção de arroz, cultura que em Rondonópolis já respondia por 71,6% da área colhida, conforme mostra o Quadro 12 a seguir.

Quadro 12 – Área colhida das principais culturas em Rondonópolis de 1974 a 2018 (mil hectares)

Culturas agrícolas	1974	1980	1985	1990	2000	2010	2018
Algodão herbáceo (em caroço)	12,95	4,79	12,32	3,01	40,95	11,49	5,5
Arroz (em casca)	71,6	54,5	6,98	0,77	1,14	0,05	-
Cana-de-açúcar	0,78	-	0,05	0,13	0,13	0,02	0,01
Feijão (em grão)	3,21	9,08	0,24	0,35	0,45	-	-
Milho (em grão)	4,14	4,55	4,25	14,56	3,46	5,51	16,84
Soja (em grão)	-	26,35	73,36	76,96	47,56	76,38	75,58

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Censo Agropecuário do IBGE (IBGE, 2018).

O avanço da soja, que é o produto e a expressão do processo de modernização agrícola no período no Centro-Oeste, inicia-se no sul de Mato Grosso já na segunda metade da década de 1970. Os dados do Quadro 17 mostram que Rondonópolis se insere ativamente nessa primeira fase, tendo o auge de sua expansão na primeira metade dos anos 1980.

A relação entre o desenvolvimento da indústria em Rondonópolis e a expansão da soja pode ser vista com mais clareza quando se comparam os dados do Quadro 17 com os que são apresentados na Figura 14 a seguir.

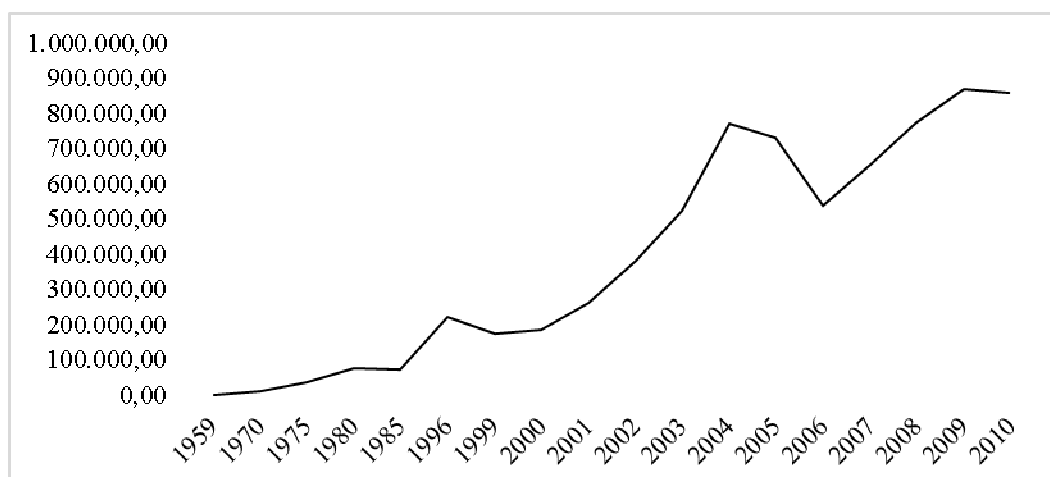


Figura 14 - Rondonópolis: valor adicionado da indústria de 1959 a 2010 (R\$ mil)

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IPEADATA (2012).

\*A preços do ano 2000.

Nela, pode-se também constatar que o valor adicionado começa a se elevar já em 2005, quando a soja se torna dominante e assume uma trajetória de crescimento constante e acelerado no início da década de 2000, quando a agroindustrialização começa a amadurecer.

O município também foi impactado pela movimentação decorrente das ações da Marcha para o Oeste no estado, o que estimulou o crescimento da população e a da produção agrícola comercial. Na Figura 15 pode-se perceber claramente o crescimento populacional a partir de 1960: sua população saltou de 22,3 mil naquele ano para 62,1 mil habitantes em 1970.

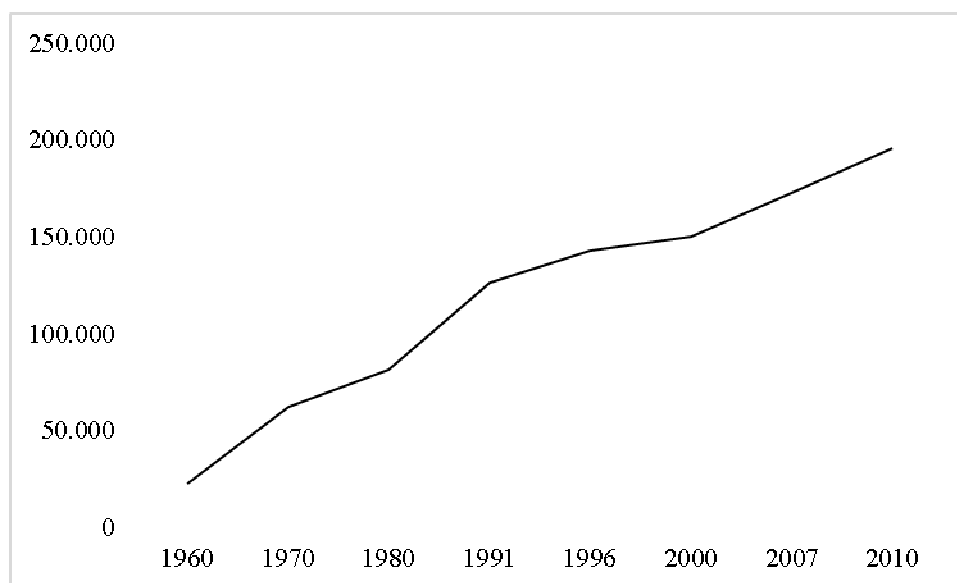


Figura 15 – Rondonópolis: evolução de população de 1960 a 2010

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IPEADATA (2012).



O que se pode destacar com relação aos indicadores de Rondonópolis, comparados com os dos municípios próximos, é que apesar de serem superiores em todos os quesitos, com exceção do Gini, seu índice de diferença é mais modesto em relação aos demais municípios do agronegócio do estado do Mato Grosso já analisados. É o que mostra o Quadro 13 a seguir.

Quadro 13 – Rondonópolis: indicadores comparados com municípios próximos em termos de porte\*

Indicadores	Rondonópolis (R)	Municípios próximos (L)	Índice de diferença (R/L)
PIB <sub>pc</sub> (R\$ mil)	43,0	35,6	1,2
IDS	0,43	0,39	1,1
IDSIC	0,35	0,36	1,0
Rendimento Médio (R\$)	963	900	1,1
IDHM	0,755	0,748	1,01
% Extremamente pobres	1,4	2,4	0,56
Gini	0,5200	0,4944	1,05

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Censo Agropecuário do IBGE (IBGE, 2018).

\*Todos os municípios brasileiros com população até 10% maior ou menor que a população de Rondonópolis.

## 2.2.METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, procedeu-se inicialmente a uma revisão bibliográfica em revistas acadêmicas científicas *on-line* e impressas, reunindo e cotejando os diferentes dados levantados nas fontes de consulta e listando as principais transformações socioeconômicas nos chamados municípios do agronegócio de Mato Grosso, diferenciando-os em implantados e transformados.

Tendo como objetivo a verificação da suposição de que, apesar de estarem associadas a uma modernização agrícola conservadora e excludente, os municípios de Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop e Sorriso são mais organizados e com indicadores econômicos e sociais melhores do que a média nacional.

Desta forma, optou-se, como forma de verificação da hipótese, pela comparação entre um conjunto de indicadores de desenvolvimento de cada um desses municípios com municípios brasileiros de porte semelhante, aqui denominados “municípios próximos”. Primeiramente foram definidos critérios para identificar os principais municípios-polo de base agroindustrial do estado de Mato Grosso: os seus “municípios do agronegócio”. Os critérios escolhidos são apresentados no quadro 14, tendo por fontes: o Censo 2016, Pesquisa Industrial Anual – Produto e o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA para o mesmo ano.

Quadro 14 – Critérios utilizados para a seleção dos municípios

Variável	Valor (ou parâmetro)
População	> 50.000 habitantes
Pessoas ocupadas na Indústria de Transformação	> 2.000 empregos
Valor da Produção Agropecuária-VBP (soja, milho e cana-de-açúcar)	> 400.000 (R\$ mil)

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE (2016).

Estes critérios permitem uma comparação entre um conjunto de indicadores de desenvolvimento para cada um dos municípios analisados com os municípios brasileiros de porte semelhante. E aplicando-se os critérios de seleção, chegou-se ao conjunto de municípios indicado no Quadro 15 a seguir.

Quadro 15 – Municípios que atenderam os critérios definidos

Municípios	População ocupada na indústria de transformação	Produto total de grãos	População em 2016
Lucas do Rio Verde	7.124	951.077	59.436
Primavera do Leste	2.135	1.070.623	58.370
Rondonópolis	8.391	423.417	218.899
Sinop	5.947	628.107	132.934
Sorriso	3.820	2.618.950	82.792

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE (2016).

Ressalta-se que os municípios situados na região metropolitana de Cuiabá, assim como aqueles cuja economia apresenta importantes especializações em atividades industriais sem vínculo direto com a agropecuária, foram descartados. O Quadro 16 abaixo mostra as populações dos municípios selecionados e as faixas de população de municípios brasileiros próximos.

Quadro 16 – Faixas de população dos “municípios próximos”

Municípios do agronegócio selecionados	População em 2016	Municípios Próximos com população entre [...] e [...]	
Lucas do Rio Verde	59.436	53.392	65.380
Primavera do Leste	58.370	52.533	64.207
Rondonópolis	218.899	197.009	240.789
Sinop	132.934	119.641	146.227
Sorriso	82.792	74.513	91.071

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na montagem de população do ano de 2016 (IBGE, 2016).

Ainda para efeito de comparação, foram considerados os seguintes indicadores: o Produto Interno Bruto per capita (PIBpc), Índice de Diversificação de Serviços (IDS), Índice de Diversificação de Serviços Intensivos em Conhecimento (IDSIC), Rendimento Médio Mensal das Pessoas Ocupadas, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Percentual de Extremamente Pobres (% Extremamente Pobres) e Coeficiente de Gini (Gini).

O IDS é calculado dividindo-se o número de atividades de serviços do município pelo número total dessas atividades disponíveis na classificação nacional das atividades econômicas (CNAE). Tanto o IDS e o IDSIC foram obtidos com dados da RAIS para o ano de 2016, abertos em nível de subclasse da CNAE 2.0.

$$\text{IDS} = \text{subclasses serviços } i / \text{total subclasses serviços}$$

Sendo:

- IDS = Índice de diversificação de serviços
- Subclasses serviços  $i$  = número de subclasses de serviços presentes no município  $i$
- Total de subclasses serviços = número total de subclasses de serviços da CNAE 2.0

O IDS pode variar de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 (um), mais diversificado é o setor de serviços do município. Trata-se de um indicador estratégico para a análise pretendida porque, na sociedade urbana moderna, a variedade dos serviços disponíveis revela a presença mais ou menos ampla de categorias médias no estrato social. Isso se revela tanto quando se pensa pelo lado da demanda, supondo que a maior diferenciação social se expressa em uma procura mais variada por serviços, quanto pelo lado da oferta, na medida em que esse é o principal setor gerador de empregos urbanos, e inclui desde atividades simples de baixos salários até serviços complexos e mais bem remunerados.

Assim, sua variedade é um indicador da diversidade de faixas de renda no município (CASTRO; SILVA, 2019). O IDSIC é um recorte do IDS, com cálculo semelhante, mas que considera apenas os serviços destinados ao setor produtivo com alta incorporação de conhecimentos. Trata-se de

serviços cuja presença indica a participação de pessoas pertencentes à parcela de classe média com renda mais elevada. A partir daí, utiliza-se o Índice de Diferença, de elaboração própria, foi construído para cada indicador para mensurar a “distância”, positiva ou negativa, da variável no município analisado em relação à média do desempenho dos municípios próximos.

$$ID = \frac{I_a}{\frac{\sum I_b}{n}}$$

Sendo:

- ID = Índice de diferença
- $I_a$  = Valor do indicador no município do agronegócio  $a$
- $I_b$  = Valor do indicador no município próximo
- $n$  = número de municípios próximos

Para efeito de análise, os municípios foram divididos em dois grupos, segundo sua relação com a “modernização agroindustrial” ocorrida no Centro-Oeste a partir dos anos 1970.

Quadro 17 – Municípios segundo a sua relação com a “modernização agroindustrial” em Mato Grosso

Municípios	Tipos
Lucas do Rio Verde Primavera do Leste Sinop Sorriso	Implantados
Rondonópolis	Transformado

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 17 mostra que, durante o período, quatro dos municípios analisados foram implantados por meio de processo de colonização, e que apenas um, o de Rondonópolis, já existia e foi transformado por aquele mesmo processo.

### 3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A modernização territorial transformou Rondonópolis em uma cidade-região do sudeste mato-grossense, enquanto a sua influência na rede urbana dessa mesorregião foi consolidada pela concentração de importantes atividades comerciais, econômicas e de prestação de serviços, principalmente aquelas revestidas de um alto teor técnico.

Depois de analisados os índices de diferença (IDs) de cada um dos cinco municípios mato-grossenses do agronegócio (MA) em relação à média dos municípios próximos, neste item procede-se a uma análise conjunta entre os IDs de cada um deles. A análise obedece a dois objetivos: identificar quais indicadores de diferenças foram mais importantes e sua razão, e verificar se existe algum padrão diferenciado de comportamento dos indicadores por grupos de municípios. Com relação a esse último objetivo, busca-se saber: a) se existe diferença de resultados entre os municípios que foram criados a partir dos anos de 1970 por projetos de colonização e aqueles que já existiam com sua dinâmica própria e sofreram transformações durante o processo; b) se o porte dos municípios influencia os resultados (Quadro 18).

Quadro 18 – Médias dos IDs\* dos municípios por indicador

Municípios	PIBpc	IDS	IDSIC	IDHM	RM	Pobreza	Gini
Primavera do Leste	2,9	2,0	2,8	1,13	1,9	0,09	0,97
Sinop	1,2	1,4	1,4	1,03	1,2	0,17	0,97
Lucas do Rio Verde	3,0	1,6	1,9	1,15	1,8	0,12	0,88
Sorriso	2,6	1,5	1,5	1,05	1,5	0,29	1,04
Rondonópolis	1,2	1,1	1,0	1,01	1,1	0,56	1,05
Média IDs	1,6	1,5	2,0	1,29	1,5	0,25	0,98

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados do IBGE (2019).

\*Índices de Diferença

Quanto à primeira questão, observando-se conjuntamente os IDs de todos os cinco municípios organizados no Quadro 18 por indicador, verifica-se que os MA apresentam superioridade no resultado para todos os indicadores, exceto para o índice de Gini, cujo ID igual a 1 (um) indica neutralidade. Isto é, constata-se que, em média, não existe diferença nos índices de concentração de renda entre os MA e os demais municípios de porte semelhante no país. Assim, esses resultados deixam claro que não é verdade que os MA são caracterizados por um desenvolvimento urbano fortemente excludente, como argumenta a maior parte da literatura sobre o tema. Pelo contrário, apesar de ter problemas, os indicadores socioeconômicos não são piores que a média dos indicadores dos demais municípios brasileiros.

Constata-se, ainda, que os indicadores em que os MA apresentam maior vantagem de desempenho, além do PIBpc – que é um indicador mais de caráter econômico do que propriamente social –, são os de percentual de pessoas em situação de pobreza, o IDS e o IDSIC. O primeiro mostra que o percentual de pobreza na população dos MA corresponde a apenas um quinto daquele verificado na média dos municípios próximos.

No caso do IDS e do IDSIC, eles indicam que os serviços nos MA são 50% mais diversificados do que nos municípios próximos. Esses resultados têm um significado importante: estão associados à fase em que a modernização agrícola se desdobra em agroindustrialização, promovendo uma integração entre agricultura, indústria e serviços.

Como mostra Delgado (2010), quando ocorre a modernização conservadora da agricultura baseada na grande propriedade rural, a desigualdade tende a se agravar, enquanto a pobreza no campo e nas cidades pequenas e médias do interior dos estados agrícolas aumenta. Isso porque esse tipo de modernização exclui a maior parte da pequena e média produção rural da dinâmica do processo, em um espaço em que o emprego urbano já é tradicionalmente muito limitado, composto basicamente por empregos públicos, do pequeno comércio e de alguns poucos serviços tradicionais de baixos salários.

Essa modernização agrícola, contudo, é baseada em uma forte especialização em algumas poucas *commodities*, especialmente a soja e o milho, que são fundamentalmente matérias-primas que, para agregarem valor, necessitam da transformação industrial. Além disso, como destacam Castro, Godoi e Arriel (2019), essa transformação depende de uma indústria que necessita, por razões de custo, se localizar próxima de suas fontes de matérias-primas. Por isso, a modernização agrícola se desdobra, em um segundo momento, em um processo de agroindustrialização que se concentra em alguns municípios-polo das regiões agrícolas mais dinâmicas.

Assim, de um lado, a modernização agrícola conservadora promove um crescimento muito acelerado desses municípios, o que tende a produzir problemas urbanos típicos dessa forte aceleração, por exemplo, a especulação imobiliária, que traz como consequência o aumento exagerado dos custos de moradia, a expansão desordenada da cidade e outros. Mas, por outro lado, a agroindústria é um tipo de indústria altamente “territorializada”, isto é, que necessita adquirir sua matéria-prima localmente, assim como atrair e/ou promover o desenvolvimento no território com uma ampla gama de atividades industriais e de serviços complementares, produzindo um forte efeito multiplicador e de retenção de renda local.

Esse processo tem um intenso efeito sobre o setor de serviços, seja pelo lado dos serviços produtivos, seja pelo lado dos serviços pessoais e sociais. Do lado dos serviços produtivos, porque é uma indústria cada vez mais terceirizada e inovadora, que exige também um fornecedor agrícola cada vez mais terceirizado e dependente de serviços técnicos especializados. Do lado dos serviços pessoais e sociais urbanos, porque multiplica e faz circular localmente a renda, e induz a criação de empregos de qualidade nos serviços produtivos e tecnológicos, criando uma nova camada de consumidores com mais renda e hábitos de consumo mais sofisticados. Esse efeito, por sua vez, induz à diversificação e sofisticação dos serviços oferecidos localmente. São os efeitos desse movimento que o IDS e o IDSIC captam.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questionando os argumentos utilizados na literatura consultada, que afirmam que os “municípios do agronegócio” têm como uma de suas principais características serem fortemente excludentes do ponto de vista urbano e social, o artigo se propôs a verificar se esse argumento encontrava sustentação empírica. Inicialmente o trabalho examinou os principais argumentos que embasam essa visão do ponto de vista teórico. O primeiro deles é o de que a subordinação da formação e/ou expansão desses municípios às necessidades de reprodução do grande capital agroindustrial resulta automaticamente em municípios fortemente excludentes e desiguais. Foram utilizadas as teorias sobre a construção social do espaço para mostrar que existem muitas mediações entre a lógica geral que move a acumulação do capital e as trajetórias concretas de construção e transformação de cada território. Por isso é necessário considerar a realidade de cada espaço no qual os atores e os interesses envolvidos são múltiplos e contraditórios, inclusive, o das diversas formas de capital envolvidos.

Os resultados da análise revelaram que o referido argumento não se sustenta à luz das evidências reunidas. Tanto na comparação de cada município analisado com seu grupo de municípios próximos como na média geral, todos os indicadores utilizados na pesquisa mostraram-se mais favoráveis aos municípios do agronegócio, com exceção do índice de Gini. Este, entretanto, foi, em média, semelhante nos dois grupos, indicando que os cinco municípios do agronegócio analisados não apresentam concentração de renda acima da média.

Os dados permitiram demonstrar que a superioridade dos indicadores sociais desses municípios é especialmente elevada em algumas variáveis. A primeira delas é o PIB per capita, cuja média é quase o dobro do exibido pelos municípios próximos. Não se trata, propriamente, de um indicador social, entretanto, um alto PIB per capita se traduz em uma maior capacidade desses municípios para fazer frente aos seus desafios. O segundo indicador no qual a diferença se destaca é o que se refere à pobreza, indicando que o percentual de pessoas no nível de pobreza extrema nesses municípios é, em média, cinco vezes menor do que o dos municípios com tamanho semelhante no Brasil. É uma diferença muito grande que desautoriza o argumento de que a exclusão social é um dos traços que distinguem esses municípios.

Destacam-se, ainda, os indicadores que correspondem ao grau de diversificação e ao conteúdo de conhecimento dos serviços. Esse dado é muito importante para evidenciar um dos argumentos-chave da linha de trabalho em que se insere esta pesquisa. Trata-se da percepção de que a modernização agrícola, liderada pela produção de *commodities*, possui um efeito excludente e concentrador importante em sua primeira fase. Contudo, quando se desdobra em agroindustrialização, produz, em geral, um efeito contrário na economia e na sociedade dos municípios-polo desse processo, atuando no sentido da desconcentração e da maior diversidade urbana. É preciso ressaltar que os dados apresentados pela pesquisa não autorizam qualquer conclusão no sentido de que esses municípios não apresentem problemas urbanos e sociais sérios.

A trajetória do capitalismo periférico brasileiro resultou em uma sociedade profundamente desigual e excludente, como também produziu municípios que refletem as seguintes características:

presença de periferias carentes de infraestrutura básica, fragmentação socioespacial, deseconomias de aglomeração, amplos circuitos de economia informal, entre outros problemas. É necessário lembrar que os dados aqui apresentados advêm da comparação de cinco cidades brasileiras do interior com outras cidades brasileiras também do interior e do mesmo porte. Além disso, é feita uma comparação com a média das cidades de todo o país. Sabe-se que médias devem ser tratadas sempre com muito cuidado, especialmente em um país continental e altamente diverso como o Brasil.

A conclusão a que esses dados permitem chegar é a de que os municípios analisados não são particularmente excludentes. Isto é, eles não estão acima da média nesse quesito. O que também significa dizer que muitos dos problemas urbanos e sociais identificados neles não podem ter suas causas atribuídas diretamente, ou principalmente, ao fato de sua dinâmica ser liderada pelo agronegócio. O grande desafio está em avançar na identificação dos elementos que são específicos desse processo de urbanização, sem cair na generalização fácil. A própria literatura criticada neste trabalho levanta pontos importantes que necessitam ser aprofundados, por exemplo, o elevado controle das famílias dos primeiros colonos e, sobretudo, das empresas colonizadoras sobre os caminhos da expansão das cidades.

Na verdade, a construção de cidades e de verdadeiros sistemas territoriais, como um negócio privado, suscita inúmeras questões para pesquisa. Já existe uma ampla literatura sobre o tema, com ricas contribuições. No entanto, certa polarização nessa literatura, entre apologia de um lado e crítica fácil e genérica de outro, tem limitado a exploração de um rico filão de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARRIEL, Marcos Fernando; GODOI, Cintia Neves; DE CASTRO, Sergio Duarte. **Padrões de crescimento dos municípios e a representatividade industrial em Goiás (2005 a 2015)**. Boletim Goiano de Geografia, v. 39, p. 1-23, 2019.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Revista Outubro, v. 5, n. 2, 2001.

DE ARAÚJO CRESTANI, Leandro; ENGEL, Werner; ALVES, Antonio Kaminski. **Nas fronteiras da ocupação e o desenvolvimento e o desenvolvimento da região oeste do Paraná (1930/1980)**. Toledo: Fasul, 2016. 150 p.

DOULA, Sheila Maria; KIKUCHI, Mario Yasuo. A estratégia da ocupação territorial da Amazônia: a cidade planejada de Sinop. In: V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2005, Campinas, SP. **Anais [...]** Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas, SP: PUC, 2005.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

\_\_\_\_\_. PEQUENO, R. **Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 9, n. 1, 2007, p. 25-39.

DELGADO, N. G. **O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula**. In: DELGADO, N. G. **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2010, p. 28-78.

HIRSCHMAN, Albert O. **Desenvolvimento por efeitos em cadeia, uma abordagem generalizada**. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H. FONT, M. (orgs). **Economia e movimentos sociais na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

\_\_\_\_\_. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 201.

- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. **Anais [...]**. São Paulo: FFLCH/USP, 2014.
- PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. *In*: FAISSOL, S. **Urbanização e regionalização**: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.
- QUEVEDO, Jucilene Lourdes Tomazin. **Configurações do espaço geográfico regional do agronegócio da soja em Lucas do Rio Verde e Sorriso – MT**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROSA, E.; RUEDIGER, M. A.; RICCIO, V. **Agronegócio e modernização da fronteira agrícola**: uma avaliação a partir da análise de indicadores socioeconômicos de municípios selecionados. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPAD, 2009.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O papel ativo da geografia**. Revista Território, Rio de Janeiro, nº 9, p. 103-109, 2000.
- SELINGARDI-SAMPAIO, S. Indústria e território em São Paulo: a estruturação do multicomplexo industrial paulista. Campinas: Alínea, 2009.
- SPOSITO, E. S. **O novo mapa da indústria no início do século XXI**: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do Estado de São Paulo. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.
- WALKER, R.; STORPER, M. **The Capitalist Imperative**: Territory, Technology and Industrial Growth. Orxford: Basil Blackwel, 1991
- VOLOCHKO, Danilo. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, n. 16, p. 18-38, jan./jun. 2013.